

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.526.861 - SC (2019/0177325-4)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVADO : ANTONIO ALFREDO CARDOSO
ADVOGADO : EVANDRO ESTÁCIO - SC028430

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 2.142):

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL GUARDA DE PÁSSAROS SILVESTRES EM DESACORDO COM A LICENÇA AMBIENTAL CORREÇÃO DA AUTUAÇÃO. VALOR DA MULTA. PROPORCIONALIDADE.

- 1. Não pode o criador amadorista de pássaros atuar à margem da lei, mantendo em seu plantel aves irregulares e sem origem comprovada, em desacordo com a licença fornecida pelo órgão ambiental responsável e com as normas que regem a matéria.*
- 2. O § 6º do art. 24 do Decreto nº 6.514/2008, que prevê que, caso a quantidade ou espécie constatada no ato fiscalizatório esteja em desacordo com o autorizado pela autoridade ambiental competente, o agente autuante promoverá a autuação considerando a totalidade do objeto da fiscalização, trata-se de norma que não encontra previsão na Lei 9.605/98. Esta prevê, é certo, a apreensão dos animais como sanção em seu art. 72, IV, bem assim a multa, que observa os limites previstos do decreto regulamentador, mas em momento algum possibilita que referida apreensão ou imposição de multa incidam sobre fatos não considerados contrários às regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. Assim, a aplicação da sanção pecuniária deve ser proporcional ao número de pássaros encontrados em situação de irregularidade.*

Opostos embargos declaratórios, foram parcialmente acolhidos, somente para efeitos de prequestionamento (fls. 2.189/2.205).

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 1.022, 4º, 6º e 797, do CPC/2015; 70 e 72, da Lei 9.605/98; 3º e 24, §6º, do Decreto 6.514/08.

Sustenta, em síntese: **(I)** a existência de omissão no julgado, **(II)** a legalidade da aplicação da multa ambiental tomando por base a quantidade total de animais existentes no plantel da parte ora recorrida, e não apenas baseada no número de animais em situação irregular.

Aduz, por fim, que: **(III)** em observação aos princípios da celeridade, economia e interesse processual, "*... ainda que se afaste a multa pela totalidade do plantel, remanesce óbice à expedição de novo auto de infração.*" (fl. 2.223), não ser necessária a substituição da CDA que embasa a execução, mas sim mero procedimento de retificação de valor do título.

Contrarrazões às fls. 2.234/2.239.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A pretensão recursal merece acolhida com relação à alegação de existência de negativa de prestação jurisdicional, pois de fato se revela omissa o julgado recorrido com relação à análise discriminada e pormenorizada que sustenta que, em observação aos princípios da celeridade, economia e interesse processual, "*... ainda que se afaste a multa pela totalidade do plantel, remanesce óbice à expedição de novo auto de infração.*" (fl. 2.223), não sendo necessária a substituição da CDA que embasa a execução, mas sim mero procedimento de retificação de valor do título.

Isto porque a parte recorrente, nas razões dos embargos de declaração e do recurso especial, alega que não houve manifestação de cunho decisório sobre a referida tese. O Tribunal de origem ficou silente sobre tal situação, rejeitando os pertinentes aclaratórios da ora agravante, incorrendo em vício de falta de devida fundamentação, visto que não prestada a jurisdição de forma integral.

ANTE O EXPOSTO, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial e anulo o acórdão proferido às fls. 2.189/2.205. Retornem os autos à Corte de origem para que esta possa, por meio de seu órgão colegiado, proferir novo acórdão em embargos de declaração, sanando o vício apontado nesta decisão.

Superior Tribunal de Justiça

ANTE O EXPOSTO,

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

